

### LEI Nº 7.846, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR, AO ORÇAMENTO VIGENTE, CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, NO VALOR QUE MENCIONA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, em favor do Ministério Público do Estado de Alagoas, crédito suplementar no Programa de Trabalho – PT 03.091.0195.3006.0000 – Implantação do Núcleo de Justiça Comunitária, Plano Interno – PI 003989, Fonte 0110 (Convênio), no valor total de R\$ 430.126,00 (quatrocentos e trinta mil, cento e vinte seis reais), sendo R\$ 398.126,00 (trezentos e noventa e oito mil, cento e vinte e seis reais) provenientes de superávit financeiro e R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) de excesso de arrecadação, como discriminado no Anexo Único desta Lei.

- **Art. 2º** Os recursos necessários para a execução do disposto no artigo anterior decorrerão de superávit financeiro e excesso de arrecadação, atendendo ao disposto no art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
  - **Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES**, em Maceió, 21 de dezembro de 2016, 200° da Emancipação Política e 128° da República.

# JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO Governador

Este texto não substitui o publicado no DOE do dia 22.12.2016.



## LEI N° 7.846, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

### ANEXO ÚNICO

CRÉDITO SUPLEMENTAR		SUPLEMENTAÇÃO	
Código Orçamentário	Especificação	Nat. da Despesa/ Fonte de Recurso	Valor R\$
03000	MINISTÉRIO PÚBLICO – MP		430.126,00
03004	MINISTÉRIO PÚBLICO		430.126,00
03.091.0195.3006.0000	Implantação do Núcleo de Justiça Comunitária	339039/0110 449052/0110	304.026,00 126.100,00
PI 003989	Metropolitana de Maceió		
TOTAL GERAL			430.126,00